

IMPLEMENTAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS EM CATALÃO - GO

IMPLEMENTATION AND TERRITORIALIZATION OF URBAN PARKS IN CATALÃO - GO

Bruno Vicentini Bussola¹

Paulo Henrique Kingma Orlando²

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a territorialização dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial da cidade. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão teórica acerca dos conceitos de território, poder e parques urbanos; pesquisa de campo, com vistas à análise da distribuição dos parques urbanos de Catalão. Constatou-se, a partir do mapeamento realizado, que há uma distribuição diferenciada dos parques: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá, que estão localizados de forma concentrada na malha urbana da cidade, e dos Parques Buriti e Monsenhor Souza, que estão descentralizados na malha urbana de Catalão. Evidenciamos, desta forma, a ausência de uma política pública que atenda às demandas de toda a população catalana.

Palavras-chave: Território. Parques urbanos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This text aims to understand the territorialisation of the urban parks of Catalão (GO) and its location in the territorial dynamics of the city. The methodological procedures used were: theoretical review about the concepts of territory, power and urban parks; Field research, with a view to analyzing the distribution of Catalan urban parks. It was verified from the mapping that there is a distinct distribution of the parks: Clube do

¹ Mestrando Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
bruno_bussola@yahoo.com.br

² Professor na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
phorlando@yahoo.com.br

Povo, Calixto Abraão Park, Pirapitinga Park, Santa Cruz Park and Paquetá Park, which are concentrated in the city's urban network and Buriti and Monsenhor Souza Parks, which are decentralized in the urban network of Catalão. In this way, the absence of a public policy that meets the demands of the entire Catalan population is evidenced.

Keywords: Territory. Urban Parks. Public Politics.

INTRODUÇÃO

Os parques urbanos apresentam-se no espaço urbano a partir das novas dinâmicas territoriais decorrentes da primeira revolução industrial, o que incorreu em uma ressignificação na relação homem/natureza. É nessa nova reestruturação do espaço urbano que surgiram pesquisas de várias áreas do conhecimento sobre parques urbanos. Os jardins, praças e parques remontam à Antiguidade e tinham como características a coletividade, o lazer e o poder. Durante os séculos, estes espaços foram se modificando e ganhando novos contornos e significados.

O parque urbano como conhecemos hoje é produto da era industrial e tem no imaginário popular o distanciamento do caos urbano, lugar de descanso da vida agitada da cidade. Para que possamos compreender a criação e a territorialização dos parques urbanos no contexto da cidade moderna utilizaremos do conhecimento geográfico.

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre essa temática a fim de ampliar a compreensão da territorialização dos parques urbanos na cidade de Catalão. Nesse sentido, são realizadas uma caracterização dos parques e uma problematização das políticas públicas a partir de uma análise do que foi realizado pelos gestores a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão.

A partir da hipótese de que existe uma implementação diferenciada dos parques urbanos na cidade de Catalão, que privilegia uma determinada parcela da população, foi realizada a pesquisa teórica sobre território, planejamento urbano e parques urbanos, seguida de pesquisa de campo.

OS PARQUES URBANOS COMO ESTRATÉGIA DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Inicialmente partimos da ideia de que há uma relação intrínseca entre a materialização dos parques urbanos (território) e sua dinâmica na malha urbana e, neste processo, estão envolvidas questões relativas à manutenção do *status quo* que, por sua vez, estão diretamente relacionadas à especulação imobiliária.

A materialização dos parques urbanos passa pela transformação do território e, neste sentido, algumas colocações são necessárias para situarmos nosso posicionamento político e teórico. Friedrich Ratzel (1983), geógrafo alemão, foi um dos primeiros a trabalhar a ideia de território numa vertente relacional com o poder – na obra “O solo, a sociedade e o Estado”, o autor traz o conceito de território como uma relação de poder da sociedade que seria o que se materializa no Estado:

[...] Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde encontra as fontes da sua vida. Mas se seu território se reduz é, de uma maneira geral, o começo do fim. (RATZEL, p. 94)

Preocupado, à época, com a formação territorial da Alemanha em seus desdobramentos – lembrando que o Estado nação alemão foi um dos últimos a ser unificado e não participou do processo de colonização ao redor do mundo –, o autor sugere que o Estado é formado pelos territórios conquistados e explorados. Vemos, aqui, uma abordagem de grande escala, pois os problemas envolvendo o território alemão exigiam isso.

Buscando a contemporaneidade do conceito de território utilizamos as contribuições de Souza (2014, p.78) quando afirma que o território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O autor acrescenta que, tradicionalmente, na ciência geográfica o conceito de território é utilizado para referir os sentimentos patrióticos nos casos de dominação, de guerra de defesa do território nacional e que, nestes casos, podemos observar posturas carregadas de ideologias. Vale mencionar que as mesmas são válidas e nos ajudam a entender toda uma dinâmica territorial que o Estado Nação exerce, no entanto,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 34-46, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

(p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN) (SOUZA, 2014. p.81)

Nessa perspectiva, há territórios que surgem por um período de tempo determinado, o que o autor denomina de período cíclico (séculos, décadas, anos, meses ou dias), e os que surgem por um período de tempo permanente.

O território e o poder hoje se apresentam das formas mais diversas, sendo que no passado estes conceitos estavam ligados estreitamente ao Estado e sua formação físico-territorial. Considerando o que os autores destacam a ligação estreita entre o território e o poder, é possível assinalar várias possibilidades de análise territorial como, por exemplo, os territórios do Estado, da cidade, do bairro e etc., bem como outras múltiplas territorialidades, dentre elas, o parque urbano.

Mas, de qual poder estamos falando? Conforme Raffestin (1993) o poder se apresenta de forma ambígua, porque a palavra pode ser escrita com letra maiúscula ou minúscula, mudando de acordo com a circunstância. O autor deixa clara essa diferença ao afirmar que:

Marcado com uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” [...] Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação”. (FOUCAULT, 1976, p. 121 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 51)

Estaria indicada, então, com letra maiúscula, toda relação de Poder exercida pelo Estado nação através de seus aparelhos de dominação e controle social e natural. Para o autor isso seria negar e até mesmo mascarar o poder com letra minúscula, sendo este intrínseco a todas as relações.

O controle e a dominação, que são a essência do Poder, aparecem, para Raffestin (1993, p.58), de três formas: a primeira é a população, por ser a origem de toda a relação de poder; a segunda é o que se apresenta como o lugar de todas as relações e a terceira forma se refere aos recursos que “[...] determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.”

É nessa relação do território com o Poder que se materializam as intervenções antrópicas e quando uma política pública é implementada para consolidação de um

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 34-46, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

parque urbano, um hospital, uma escola ou um bairro, observamos duas possibilidades: a primeira é que haja um planejamento com vistas a atender as demandas sociais e a segunda, o que corriqueiramente acontece, é que as intervenções estejam voltadas aos interesses do capital privado, assegurando a manutenção do *status quo*.

Neste contexto, focamos as políticas públicas voltadas aos parques urbanos – essa ideia de área pública nasce para atender as novas demandas sociais da cidade. Cardoso et al. (2015) ressaltam que os parques urbanos no Brasil decorrem dessa nova vida urbana agitada (caos urbano).

Quando falamos em parques urbanos, ressaltamos o processo de produção e reprodução do espaço urbano que vem sendo transformado, alterando-se os projetos arquitetônicos no decorrer do tempo e criando-se novos significados, símbolos e usos. O imaginário, o discurso e a argumentação para a criação dos parques urbanos são os mais diversos: qualidade de vida, lazer, natureza, amenizar os efeitos negativos da poluição, do *stress*, etc. A respeito desse conjunto de estratégias, Gomes (2013) destaca que:

[...] o capital garante a sua reprodução, de forma mais acelerada, por criar símbolos, ícones, *status* e “necessidades”, como os parques, as praças, o “verde”, o lazer, os condomínios murados, os bairros jardins, e ofertar aos que podem pagar, que são “seduzidos” pelas estratégias de marketing, enquanto os demais lugares parecem aumentar suas carências por não terem tais “símbolos” e/ou equipamentos. (GOMES, 2013. p. 17)

Nasce, então, desse contexto de símbolos e estratégias, o que a literatura chama de “cidade ideal”. Essa noção idealizada passa pela qualidade de vida de seus munícipes e é nessa premissa que os gestores municipais e planejadores criam os espaços públicos, as áreas verdes, os parques urbanos, projetos que visam proporcionar o lazer e a aproximação da sociedade com a “natureza”.

O tema conta com uma literatura de grande fôlego decorrente de várias pesquisas realizadas nas últimas décadas no Brasil. No entanto, foi em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Urbano (CNUMAD) em Estocolmo, na Suécia, que as questões ambientais ganharam visibilidade mundial. No Brasil, a ECO 92 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro constituiu um grande marco para as questões ambientais e o surgimento dos parques urbanos nas cidades. (GOMES, 2013)

A literatura destaca que os espaços públicos urbanos no sistema capitalista apresentam-se como mercadoria de consumo tendo, alguns destes, acesso restrito, o que possibilita certo controle de atendimento de demanda e favorece as classes mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, Loboda (2009) afirma que:

[...] Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais os acessos são diferenciados, ou restritos aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade. (p. 35)

O autor ainda destaca que os espaços públicos e de uso coletivo não garantem efetivamente que estamos num espaço público coletivo ou de uso comum, pois a segregação social delimita os locais nos quais cada grupo social interage:

Pode não parecer, *a priori*, mas trata-se de espaços que se distinguem entre si. Por exemplo, um *shopping center*, uma galeria comercial são alguns dos espaços de uso coletivo que paralelamente aos espaços públicos, assumem um suposto estatuto de semi-públicos, mas na verdade são pseudo-públicos. Há de certa forma, uma proliferação de locais dessa natureza em nossas cidades, é claro, que notadamente com ênfase para sua difusão entre as grandes e médias cidades. (LOBODA, 2009, p. 34-35)

A sociedade capitalista tem como característica fundamental para reprodução do capital a propriedade privada e Gomes (2013) destaca os parques urbanos, no enclave do território urbano, como um lugar de interesses privado e público, que têm como estratégias e ações valorizar uma determinada área, aumentar o lucro e, mais que isso, ampliar o alcance de padrão de vida tido como “ideal”. Moreira e Silva (2013) reafirmam as colocações desses autores, entendendo que quando os parques são implementados em determinado lugar, há uma autovalorização das construções do entorno.

Essa concepção neoliberal de áreas públicas e/ou parques urbanos, vai na contramão da lei federal 9.985/00 denominada de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem por excelência a preservação das áreas verdes, Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 34-46, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

tanto urbanas quanto rurais e a qualidade de vida de seus cidadãos. (CARDOSO al et., 2015)

A implementação de parques urbanos em regiões periféricas, segundo os autores Moreira e Silva (2013, p. 223-224), “[...] não sofrem com a supervalorização imobiliária de seu entorno, mas também não recebem o mesmo tratamento e não possuem a mesma infraestrutura que os parques situados em regiões nobres.”

Para complementar essa ideia, destacamos a contribuição de Gomes (2013, p. 94) quando afirma que os parques urbanos deveriam ser equipamentos de uso coletivo e que a sociedade poderia utilizá-los como um todo. Para o autor isso não acontece devido a vários fatores: “[...] Seja porque a localização não propicia o acesso da maioria da população, seja porque é um simulacro de espaços públicos, seja ainda porque é utilizado como um fator de valorização imobiliária.”

A partir destas ideias, fica evidente que a criação, manutenção e revitalização dos parques urbanos são motivadas por diferentes intenções, seja para atender o capital privado com a valorização e conseqüente especulação imobiliárias, seja com intenções de popularização de uma política partidária, mas não como uma resposta a uma demanda social da população que visa garantir uma melhor qualidade de vida a seus municípios.

DISTRIBUIÇÃO DO PARQUES URBANOS EM CATALÃO: DINÂMICA DIFERENCIADA

Catalão é considerada uma cidade média devido às suas características econômicas e sociais, situada na microrregião sudeste de Goiás constituída, por sua vez, por onze municípios: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos.

O município compreende uma área de 3.821,463km², e uma população estimada de 98.737 habitantes (IBGE, 2015); outra característica da cidade são as BR-050 e a GO-330 que ligam Catalão à Capital do Estado Goiânia (250km), à Capital Federal Brasília (300km) e ao principal polo industrial e comercial do Brasil, São Paulo (750km).

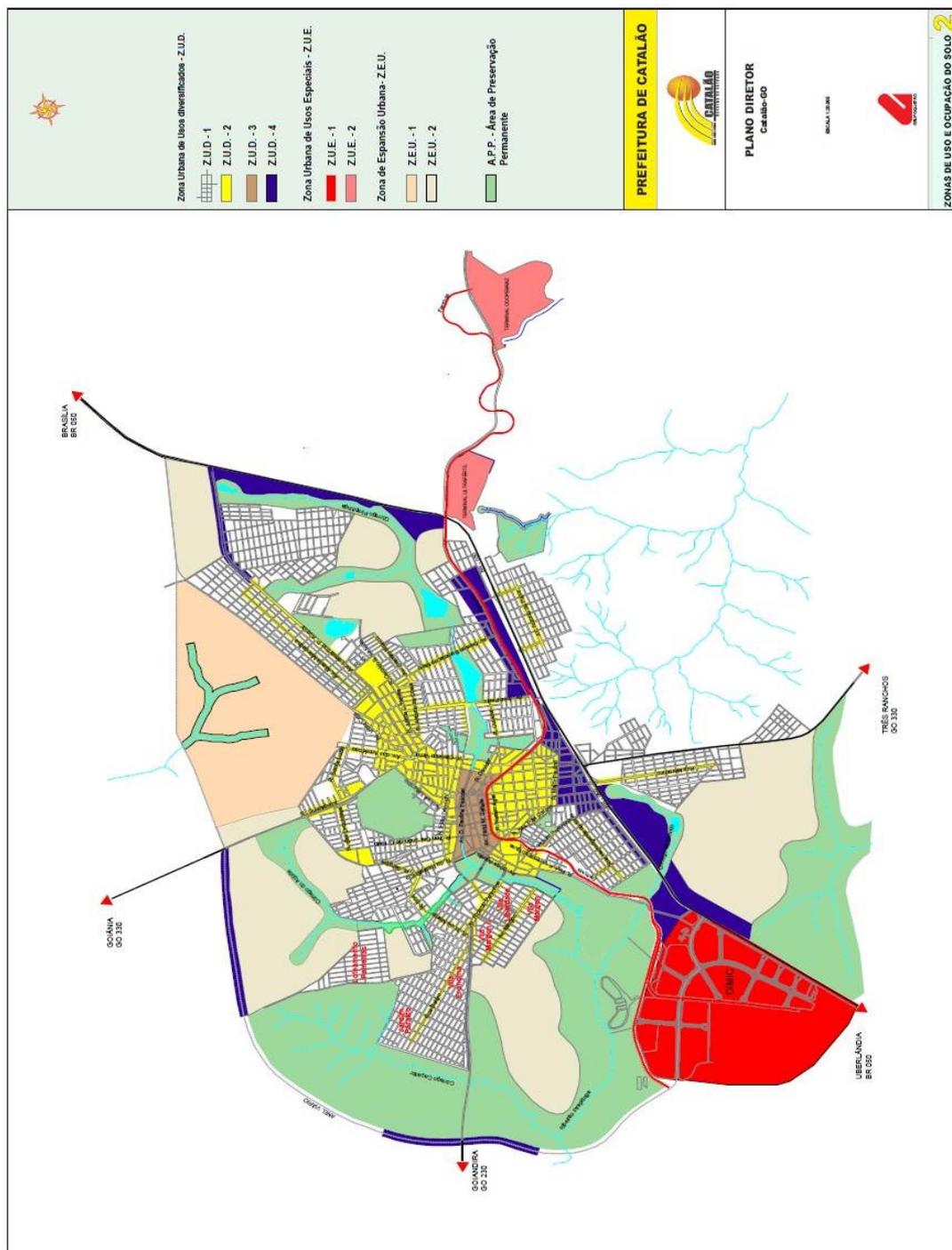
Suas características econômicas vêm sofrendo alterações nas últimas décadas. Até o início da década de 1990 Catalão vivia da agricultura e da pecuária; com a chegada da Cameco (John Deere) e da Mitsubishi Motors Company do Brasil (MMC), a economia se tornou mais dinâmica.

No mapa abaixo (figura 1) destacamos a cidade de Catalão (GO) e as zonas de uso e ocupação do solo no ano de 2002, propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão, segundo a lei 2.210 de 2004 que previa, no seu artigo 67, a requalificação de espaços públicos, dentre eles Clube do Povo e Represa.

O artigo 70 desta mesma lei garante a possibilidade de implementação de novas áreas de uso coletivo, como praças, parques e centro de lazer. Essa proposta poderia ser efetivada, inclusive, para o aproveitamento de áreas de preservação permanente, dos cursos d'água, dos fundos de vale, das áreas naturais preservadas no contexto da área urbana e expansão urbana ou, ainda, das áreas degradadas.

Apesar do que estava garantido na lei e a disponibilidade de áreas em toda a cidade, que poderiam ser convertidas em espaços de convivência urbana para a população, o que ocorreu ao longo dos anos de vigência deste Plano Diretor foram a requalificação e a revalorização, bem como investimentos na implementação de novos parques urbanos de forma centralizada.

Figura 1 – Mapa de localização da Cidade de Catalão



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão (Promulgado em 05.08.04)

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 34-46, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

A área pesquisada é contemplada por cinco parques, sendo dois construídos no início dos anos 2000: Clube do Povo e Parque Calixto Abraão e outros três construídos nos últimos dois anos: Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá (figuras 2 e 3).

Há, ainda, outros dois parques urbanos na cidade de Catalão: Parque Vereda dos Buritis e Parque Monsenhor Souza, ambos construídos para revitalização de áreas loteadas em meados dos anos 2000 – desde então vêm sendo esquecidos pela sociedade e pelos políticos locais.

Os parques pesquisados se apresentam na malha urbana, em áreas nobres da cidade; a proximidade com o “bairro das mansões”, no caso do parque Calixto Abraão tem não somente uma função paisagística, mas de valorização das “mansões” aos seus arredores – essa relação ocorre com outros parques, como no caso do Paquetá, que está próximo aos condomínios Paquetá e Buriti. Já o parque Santa Cruz tem uma relação com a expansão da UFG-RC e o condomínio Campo Bello.

Figura 2 - Mapa de localização dos parque urbanos de Catalão

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS DE CATALÃO

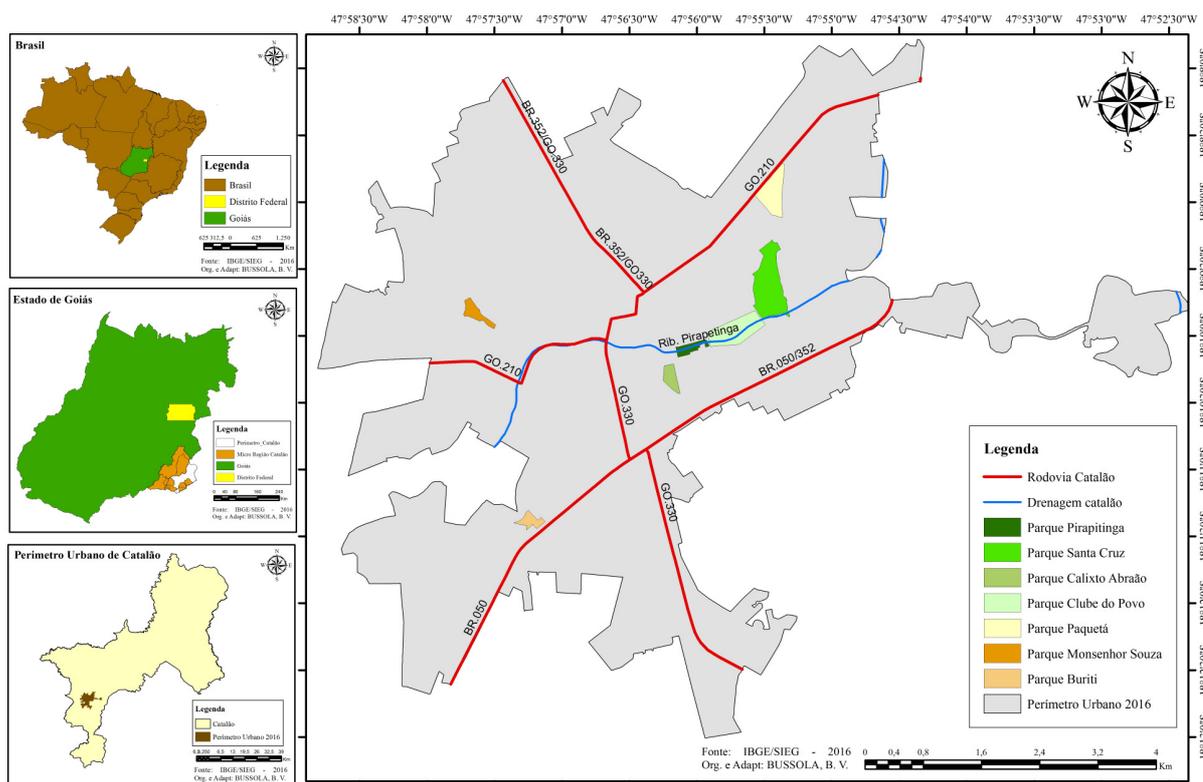
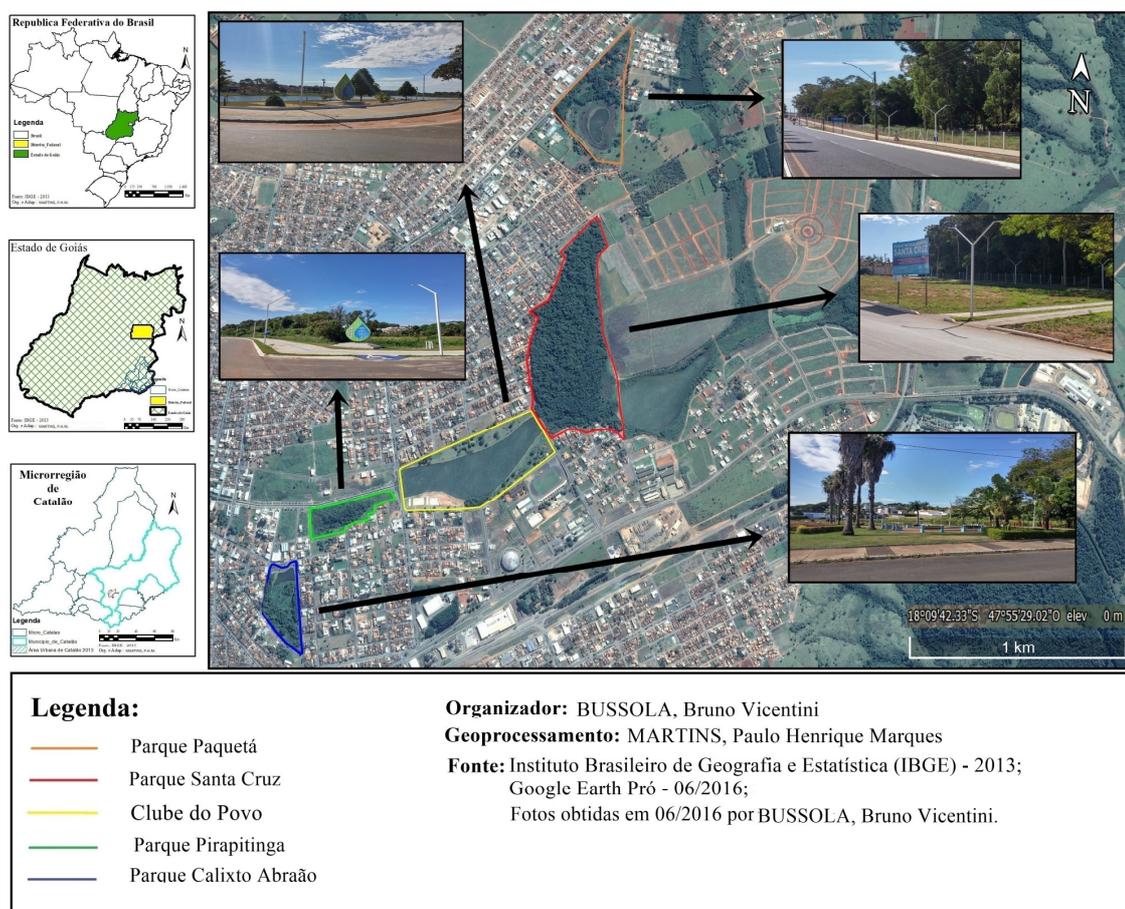


Figura 3 - Mapa dos parques urbanos de Catalão



Fonte: IBGE/SIEG – 2016 Org. e Adapt. BUSSOLA, Bruno Vicentini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem pretender encerrar a discussão sobre os parques urbanos na cidade de Catalão, deixamos clara a territorialização dos mesmos em sua relação estreita com as demandas da classe burguesa e com as exigências dos especuladores imobiliários.

A opção pela ideia de território em detrimento de outros conceitos geográficos, como lugar e espaço, ocorreu por considerarmos os parques urbanos algo materializado como um local de percepção das relações dos P(p)oderes político e social. O conceito de território foi frequentemente utilizado para dar noção de limite

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 34-46, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

da pátria e, conseqüentemente, das tomadas de decisões políticas dos nossos governantes.

No decorrer da construção empírica, identificamos que os parques urbanos de Catalão apresentam equipamentos que proporcionam à população a prática de atividades físicas com uma infraestrutura considerável como: pistas de caminhada, quadra de areia, academia ao ar livre. Nos últimos meses, investiu-se em iluminação de *led*, para a prática de atividade no período noturno.

A hipótese da implementação diferenciada dos parques urbanos que se apresentam de forma concentrada na malha urbana de Catalão pode ser considerada válida, já que foi verificada a existência de condomínios e casas de alto padrão na área em questão, denominada como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”.

Constatamos, portanto, que há uma relação territorial de poder entre os políticos, a classe dominante e os especuladores imobiliários, ou seja, os investimentos feitos para valorizar a área pesquisada privilegiam uma determinada parcela da sociedade.

A literatura a respeito do tema proposto é clara ao afirmar que os parques urbanos são construções que têm por finalidade proporcionar aos munícipes de uma cidade qualidade de vida e bem estar social. Os autores que abordam essa temática ressaltam que os especuladores imobiliários e as políticas públicas influenciam na construção dessas áreas em locais específicos, garantindo a manutenção do *status quo*.

Acreditamos que a construção e manutenção de áreas verdes (parques e praças), além de incentivar atividades de lazer, proporcionaria uma melhor qualidade de vida para os munícipes, desde que essa fosse uma política pública que atendesse à população indistintamente, não apenas favorecendo uma parcela determinada da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Silvia Laura Costa. SOBRINHO, Mário Vasconcellos. VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. URBE. **Revista brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba, v.7, n.1, p. 74-90, jan./abr 2015. (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=604>. Acesso em 16/06/2016
- CATALÃO. Prefeitura Municipal. Lei 2.210 de 05 de agosto de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**. Catalão, 2004.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- LOBODA, Carlos Roberto. Espaço Público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, vol.1, 2009.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. SILVA, Clarinda Aparecida da. Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto de mercado turístico e imobiliário em Goiânia - Go. **Caminho de Geografia**. Uberlândia. v. 14, n. 46. p. 220-235. ISSN 1678-6343. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16776>. Acesso data 13/06/2016
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o estado. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. v. 2. 1983. Data de acesso 18/08/2016. <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>
- SILVA, Magda Valério de. Trabalho de campo no espaço urbano de Catalão/Goiás: uma proposta pedagógica. Fala Professor. **VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia**. 2015.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de. GOMES, Paulo Cezar de Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 16ª ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.